

O BRASIL AGRÁRIO: O CONSERVADORISMO E A DIREITA NA BANCADA RURALISTA

Agrarian Brazil: Conservatism and Right on the Ruralist Bench

Deysi **CIOCCARI**
Faculdade Casper Líbero, São Paulo, Brasil
deysioccari@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4660-1851> 

Simonetta **PERSICHETTI**
Faculdade Casper Líbero, São Paulo, Brasil
fspersichetti@carperlibero.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0179-7237> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

Uma onda conservadora tem aparecido com mais força no cenário político brasileiro. Os representantes da Bancada Ruralista ingressam na esfera político-partidária e consolidam-se no cenário nacional. Esses atores políticos estão entre os mais votados no congresso mais conservador pós-85 e têm grande poder decisório na Câmara dos Deputados. Percebemos que a Bancada apresenta uma coesão interna sempre com grande poder de mobilização que não pode mais passar despercebida na política nacional. O poder exercido nas terras a fim de manter a estrutura fundiária dá lugar ao autoritarismo em votações no Congresso. O curral eleitoral sai dos campos e vai para Brasília.

PALAVRAS-CHAVE: Frente Parlamentar. Bancada Ruralista. Conservadorismo.

ABSTRACT

A conservative wave has appeared with more force in the Brazilian political scene. The representatives of the Ruralist Bank enter the political-partisan sphere and consolidate themselves in the national scenario. These political actors are among the most voted in the most conservative post-85 congress and have great decision-making power in the House of Representatives. We realize that the Bank presents an internal cohesion always with great power of mobilization that can no longer go unnoticed in national politics. The power exercised in the lands in order to maintain the land structure gives place to authoritarianism in votes in the Congress. The electoral corral leaves the fields and goes to Brasília.

KEYWORDS: Parliamentary Front. Ruralist Bench. Conservatism.

1 INTRODUÇÃO

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa (IASI, 2015, não paginado).

A análise do surgimento, do desenvolvimento histórico e das diversas formas ideológicas do pensamento conservador é uma tarefa grandiosa. Exige a recuperação de sua origem, suas implicações na esfera política e econômica da vida social e uma recuperação dos principais pensadores e correntes de pensamento.

As vitórias de partidos de extrema direita na Europa e a eleição de Donald Trump para presidência dos Estados Unidos são lidas como crescimento do conservadorismo ao redor do mundo. Aqui no Brasil vemos a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) tomar força. Juntando esses aspectos, nesse trabalho partimos também do pressuposto teórico de que a sociedade brasileira é, em muitos aspectos, ainda bastante tradicional e conservadora. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara, de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O levantamento do Diap mostra que o número de deputados ligados a causas sociais caiu drasticamente. A proporção da frente sindical também foi reduzida quase à metade: de 83 para 46 parlamentares. Junto com a redução desses grupos, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização das drogas - temas que permearam os debates no primeiro turno da disputa presidencial não fizeram parte da pauta do Congresso.

Nesse momento não podemos deixar de falar do conservadorismo. Para retomarmos o tema recorreremos à Edmund Burke (1729-1797), representante do pensamento conservador, à medida que assume as posições políticas da aristocracia, dos proprietários, resguardando-a das classes mais pobres, incultas, despreparadas e revolucionárias. Foi o primeiro autor influente que atacou a Revolução Francesa, assumindo a postura do moderno conservadorismo antirrevolucionário. A sua obra "Reflexões sobre a Revolução Francesa", escrita em 1790, é considerada como um panfleto para combater as sociedades e os clubes pró-revolução francesa que estavam se formando na Inglaterra. Para Burke, a sociedade humana desenvolve-se não tanto por intermédio da atividade racional do homem, mas sobretudo por meio de sentimentos, hábitos, emoções, convenções e tradições, sem as quais ela desaparece, coisas que o



olhar racional é incapaz de vislumbrar. Um racionalismo impaciente e agressivo, virando-se para a ordem social só pode ser subversivo, atacando tanto as más como as boas instituições.

A religião é a base necessária para a estabilidade social, como também é a hierarquia da sociedade, enquanto uma ordem natural que possibilita o próprio equilíbrio social. O autor afirma que o povo possui interesses e desejos, mas que são comumente, errados. Somente o inteligente é que poderá detectar e conhecer os verdadeiros interesses de um grupo, de uma localidade e da nação. Burke considera que o corpo representativo deve ser constituído de homens de sabedoria e virtude, de uma elite seleta, que teria a capacidade de descobrir os interesses objetivos e verdadeiros.

Não existiria, portanto, uma igualdade entre os homens, pois o que predomina é a desigualdade de fato e esta geraria a necessidade de se discriminar os direitos. A política deveria ser restrita a um grupo de homens formados a partir de uma genuína elite.

Victor Nunes Leal (2012) afirma que, mesmo com todas as mudanças e tentativas realizadas para melhorar o sistema eleitoral, as deficiências do mecanismo representativo continuam graves. De todo modo, o predomínio do governismo era persistente. A “política de governadores”, interligada pela “política dos coronéis” faz parte da realidade e remete-nos a partidos que não passam de “rótulos” destinados às exigências jurídicas do sistema eleitoral. A única maneira de acabar com o “coronelismo” seria a emancipação das massas rurais, atribuindo a elas uma consciência política e garantindo os direitos ao trabalho. O “coronelismo”, de acordo com o autor, pode ser classificado como um “hospedeiro” que estava entranhado em todo o sistema político do país. A relação de favores entre a União, os estados e o município mostrava a necessidade de apoio entre os chefes locais e governadores visando a manutenção no poder e a garantia de uma autonomia de caráter extralegal. Essa relação hoje é extrapolada para o Legislativo federal.

O conservadorismo político refere-se a uma tendência ideológica e a um tipo de percepção/sensibilidade/visão de mundo que pode variar grandemente: desde o apoliticismo e a rejeição a qualquer prática reivindicatória (apatia política) até a aprovação expressa de comportamentos, atitudes e percepções que não apenas são extremamente rejeitadores de qualquer mudança na arena do status quo, mas também incitariam a discriminação, a intolerância e o preconceito contra alternativas de mudança ou contra experiências da diferença. Grupos conservadores, como a Bancada Ruralista, não se opõem a qualquer mudança, mas apenas àquelas que são fruto possível de revoluções e

de transformações no encabeçamento do poder, na posição de domínio/dominação e que venham a ameaçar a ordem política e social hegemonicamente controlada.

Identificamos nesse trabalho que a Bancada Ruralista possui uma forte unidade interna em projetos de seu interesse defendidos com bases autoritárias características de um passado agrário e extremamente conservador e que ainda reverbera no Congresso Nacional. Oriunda do conservadorismo ruralista brasileiro, a Bancada se reinventou determinando seu lugar de personagem político atuante no cenário do Congresso colocando em segundo termo outros partidos não tão aliados ideologicamente. De acordo com dados do Diap, a bancada tem na causa agrária a simpatia de 77 deputados que pertencem à Frente Parlamentar Agropecuária, mas não endossam todas as suas posições. Somando esses congressistas, a bancada influencia ao menos 41% dos votos na Câmara. O peso do grupo explica algumas de suas conquistas recentes: além de impor sua versão do Código Florestal, aprovou em comissão da Câmara uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que transfere do Executivo ao Legislativo a prerrogativa de demarcar Terras Indígenas. Nas votações citadas, o grupo se contrapôs a parlamentares ambientalistas, que integram a Frente Parlamentar Ambientalista. Esse trabalho analisa a Bancada Ruralista a fim de entender como seus representantes introduzem agendas fortemente conservadoras preenchendo o vácuo representativo de outros partidos políticos não alinhados à direita e ainda assim, mantendo um curral eleitoral que sai dos campos e os dá plenos poderes para agir em Brasília.

2 A BANCADA RURALISTA: AUTORITARISMO E CONVERGÊNCIA DE INTERESSES

O tradicional setor agrário brasileiro foi, durante muito tempo, a classe dominante da sociedade brasileira. As transformações ainda na primeira metade do século XX fizeram com que este perdesse sua centralidade. A permanência dentro dos quadros de poder exigiu uma forma inovadora para se reinventar. A formação da UDR e a criação da Frente Parlamentar de Agropecuária expressam exatamente isso, essa alternativa de permanência no poder. Sua hegemonia hoje se dá através da política.

A partir da Assembleia Constituinte (1987-1988). Naquele momento, ainda sem a característica de uma bancada, as elites agrárias eram conduzidas pela poderosa UDR,

fundada e comandada pelo então pecuarista goiano Ronaldo Caiado e pelo cafeicultor paulista Plínio Junqueira Junior. Essa organização patronal, fundada em 1985, considerada a mais violenta e radical entidade já existente no Brasil, usava como estratégia a força e a violência para intimidar seus oponentes (BRUNO, 1997). No processo constitucional seu objetivo era opor-se à regulamentação dos artigos constitucionais que tratavam da reforma agrária e da democratização da terra. No início, o grupo ruralista não se distinguia da UDR e não eram mais que 20 parlamentares, mas orquestrados, constituíam poder de articulação. A atuação da UDR nos canais de representação política do Estado buscava um novo perfil de parlamentar. Com o objetivo de ampliar ainda mais as bases pelo projeto patronal para o campo, a UDR intensifica a construção de um novo perfil de representação política: o parlamentar militante defensor da propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria ser “mais aguerrido”, “menos medroso” e “mais militante” (BRUNO, 1997). A pesquisa de Simionato e Costa (2012) indica que:

[...] na atuação da Bancada Ruralista ocorre a prevalência de um projeto que beneficia os setores mais capitalizados da sociedade, os quais se utilizam do Estado como meio de cooptação de lideranças políticas para fortalecer o poder das classes dominantes [...] (SIMIONATO; COSTA, 2012, p. 215).

Essa postura ratificada pela UDR foi uma prática institucional que explicita as velhas tradições clientelistas e as políticas da “troca de favores”, comumente exercidas pelas oligarquias e senhores da terra na história agrária brasileira. Como a própria UDR dizia: “isso faz parte do jogo democrático” (BRUNO, 1997). Essa visão corporativista da política foi o grande fio condutor da entidade, que tentou, sob todos os artifícios, impor uma identidade para todos, ignorando diferenças ideológicas, partidárias e visões de mundo. O grande mentor e ideólogo do projeto UDR, Ronaldo Caiado, durante a legislatura 1990-1994, quando se elegeu deputado federal pelo ex-PFL, deflagrou uma intensa luta parlamentar e uma agressiva militância política pelos corredores e gabinetes do parlamento brasileiro. Suas “calorosas corridas” em defesa da propriedade e da iniciativa privada fizeram do Congresso um palco perene de lutas em *prol* da manutenção do poder agrofundiário. A tomada da Comissão de Agricultura, indicando o presidente, garantiu o exercício pleno do poder agroconservador. Caiado sobreviveu à dissidência da UDR como veremos mais à frente, à chegada do PT ao poder e por mais de sete anos manteve na Comissão de Agricultura, Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural

(CAPADR) seus aliados.

Foi em tal contexto uderrista, por intermédio de seus deputados-militantes, que se formaram as bases e a espinha dorsal que configuraram a atual Bancada Ruralista. O processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo enfraqueceu os canais de pressão no Congresso Nacional durante o período de 1992. Em 1993 ocorre a “dissolução” oficial da UDR e a Bancada Ruralista passa por uma reciclagem partidária e por uma renovação de suas bases políticas. Vigna (2001, p. 1) destaca três aspectos fundamentais que impulsionaram um novo perfil de articulação política da Bancada Ruralista:

O restabelecimento desta representação foi possível devido a uma conjunção de fatores. Ressaltamos os mais significativos: primeiro, o crescimento do PFL (segunda bancada partidária) traz para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária mais conscientes da importância da organização da bancada ruralista como grupo de interesse, pressão e lobbying; segundo, eleições de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal; terceiro, a vitória, nas eleições presidenciais, da aliança PFL-PSDB. Pode-se distinguir, também, um quarto fator: a derrota do então deputado Ronaldo Caiado. Órfão desta liderança vigorosa e centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares.

Foi nesse momento que ocorreu a regulamentação das bancadas durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a partir do Ato da Mesa Diretora nº 69, de 10 de novembro de 2005, da Câmara dos Deputados, sendo, naquele momento, registradas 90 organizações. Apesar de a denominação Bancada Ruralista continuar a ser a mais conhecida, seu nome oficial, a partir dessa data, passou a ser Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Entre as regras estabelecidas, definiu-se que o reconhecimento das Frentes Parlamentares estaria condicionado a uma composição de, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Federal. Na 54ª Legislatura (2012-2015) estão registradas 126 Frentes Parlamentares, sendo, contudo, apontadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, BRASIL, 2010) como as mais representativas as bancadas: Feminina, Evangélica, Empresarial, Sindical, Ruralista, da Saúde, da Educação e da Comunicação. Cabe ressaltar que algumas dessas se constituem como grupos informais e outras como Frentes Parlamentares, sendo este o caso da Bancada Ruralista, denominada Frente Parlamentar da Agropecuária.

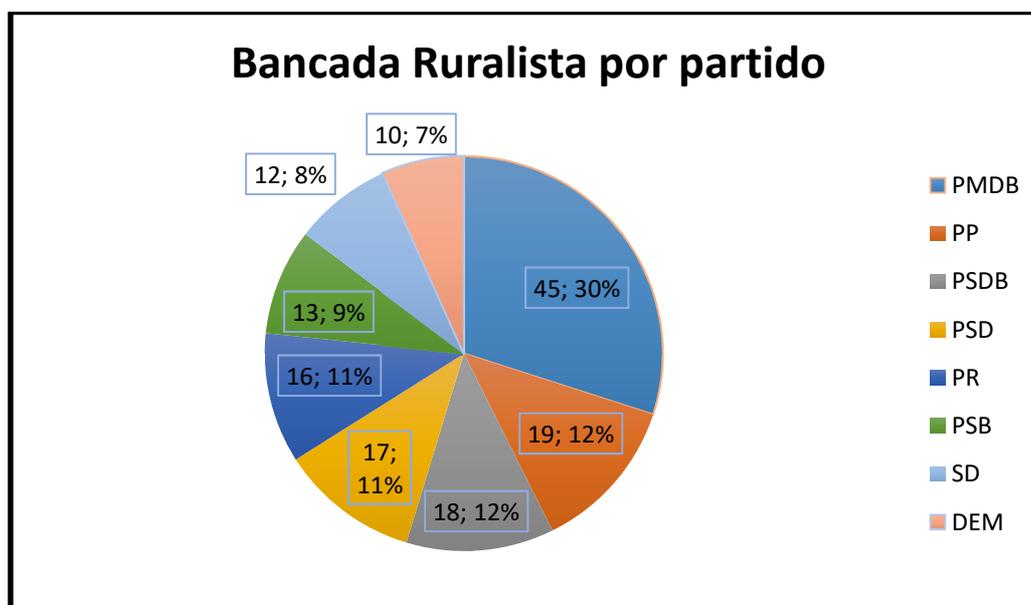
Desde que despontou, nos anos de 1980, em meio ao debate sobre a constituinte – como um dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da



Nova República - a Bancada Ruralista tem-se apresentado como importante espaço de construção de identidade e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira (BRUNO *et al.*, 2009, p. 15).

A Bancada Ruralista atua formalmente na defesa dos interesses dos proprietários rurais e terminou o ano de 2014 com 191 deputados em exercício. Desses, depois das eleições de 2014, 139 (72%) foram reeleitos e continuarão engrossando as fileiras da agropecuária na Câmara. A Bancada Ruralista é um grupo político extremamente bem articulado internamente, dotado de alto poder financeiro e clareza ideológica. O PMDB é o partido com maior número de deputados da BR, porém o Democratas, proporcionalmente, concentra a maior bancada. A presença do DEM, partido historicamente defensor da livre iniciativa e da propriedade privada, reforça a lógica moderna da agricultura e a integração conservadora de frações de classe dos grandes setores agroempresariais do país. Barcelos e Berriel (2009) destacam que o DEM e o PSDB ainda são os partidos condutores da Bancada Ruralista. Além disso, é importante ressaltar que a dinâmica da bancada é adaptada pelos interesses específicos do grupo representado e não pela ideologia de cada partido. Exemplo disso são os dois maiores partidos serem de oposição ao governo petista.

Figura 1: Bancada Ruralista por partido.



Fonte: próprias autoras, com base em Câmara dos Deputados (2017).

De acordo com informações da Frente Parlamentar Ruralista as prioridades de trabalho da Bancada nesta 54^a Legislatura são: renegociação das dívidas dos produtores rurais; aprovação do relatório do Deputado Aldo Rebelo – Código Florestal; monitoramento da demarcação de terras indígenas e quilombolas; atribuição ao Congresso da definição dos índices de produtividade; garantia de que as desapropriações só ocorrerão mediante a existência de recursos garantidos no Orçamento; regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros e em faixa de fronteira e regulamentação dos transportes terrestre e fluvial. Entram na pauta: aumentar a pena para roubo e furto de armas e crimes com armas roubadas e numeração raspada, aprovar a lei dos agrotóxicos (veremos mais adiante nesse trabalho), quer acabar com a prioridade de compra de alimentos para merenda escolar vindos de assentamento dos sem-terra e de comunidades indígenas e quilombolas e indicar as direções da FUNAI e do IBAMA. A atual presidente da Bancada, deputada Thereza Cristina (DEM-MS) é assertiva ao dizer “não poupamos esforços para defender nossos interesses”.

A Bancada Ruralista, por intensas pressões junto ao Poder Executivo, vem conseguindo sucessivas concessões e benefícios para o pagamento das dívidas do crédito rural, com extensão de prazos, redução ou dispensa de juros e linhas de crédito favorecidas nos bancos oficiais. Também tem tido êxito na defesa dos alimentos transgênicos, contra os quais se colocaram as entidades de proteção ao meio ambiente. Camargo (2009, p. 42) afirma que:

senso comum parece identificar-se com o discurso fácil e conservador dos ruralistas, que pregam que a reforma agrária é um desperdício de recursos e terras e que a agricultura familiar é uma economia de subsistência sem função social e econômica. Diante do princípio de que todos é a mesma coisa, vota-se no mais visível; vota-se, então, no que tem mais poder econômico. Não podemos ignorar que outros fatores também interferiram no processo, assim como os contextos locais e regionais que definem escolhas nem sempre são racionais.

A Bancada Ruralista possui alguns parlamentares aliados ao governo, o que não significou uma vantagem do governo, já que a maior parte dos ruralistas está concentrada nos partidos de oposição, como o PSDB e o próprio DEM (que tem a bancada atualmente dividida entre os pró-governo e os contra). Dados do INESC apontam que na legislatura 1999-2002, a operacionalização da bancada voltou a ser dependente do comportamento de algumas lideranças, como a do deputado Ronaldo Caiado, ou outras que se

impuseram, como os deputados Abelardo Lupion (DEM-PR) e Luís Calos Heinze (PP-RS). Camargo (2009, p. 42) afirma que:

Na legislatura 2003-2006, os ruralistas mostraram uma operacionalidade mais profissional e a bancada, desde o primeiro mandato do governo Lula, conseguiu estabilizar-se e colocou-se na mídia como o mais importante agrupamento parlamentar. Nesse contexto, os seus membros conseguiram contornar uma situação de disputa de poder entre as lideranças pecuaristas e agrícolas. Esse ambiente de instabilidade tem surgido nos momentos de renegociação da dívida agrícola.

Embora nem todos os nomes estejam registrados no site da Câmara dos Deputados, na Frente Parlamentar Agropecuária, vale lembrar que:

A bancada ruralista, ao agregar interesses que perpassam diversas profissões, não deve ser considerada uma “bancada de profissão,” mas sim, uma “bancada de interesse particular”. Como a representação sociopolítica dos indivíduos não é exclusiva, mas partilhada, os ruralistas também se apresentam sob uma variedade de profissões, tendo os parlamentares em geral, pelo menos duas profissões, como por exemplo, agropecuarista/empresário; agropecuarista/ médico; agropecuarista/ advogado; agropecuarista/comerciante, entre outras. Assim, os ruralistas são os que expressaram seus vínculos de forma direta ou indireta com a agricultura. Há uma gama de parlamentares que não expressam profissionalmente sua relação com essa bancada, mas, por vínculos familiares, acabam se situando em sua órbita e representam o grupo mobilizável, que nos tempos de votação/pressão, faz com que o número de participantes pareça maior que o real. (INESC, 2007, p. 5)

Sandra Helena Gonçalves Costa, em sua dissertação de mestrado “A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional”¹ afirma que o poder da Bancada Ruralista se materializa em uma rede articulada composta por organizações de representação dos interesses dos proprietários de terra e organizações por atividade produtiva (arrozeiros, sojeiros, sivecultores, citricultores e pecuaristas). De acordo com Costa, também envolvem relações de parentesco hierarquizadas.

Em vários níveis municipal, estadual, regional e federal, cujas tramas do poder incluem cargos de vereadores e prefeitos até senadores da República, geralmente passando pela política eletiva. Esta estruturação investe o político ruralista de poder para nomear cargos estratégicos nas prefeituras, governos estaduais e em agências públicas e ministérios do governo federal (COSTA, 2012, p. 281).

¹ 2012, apresentada no programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Barcelos e Berriel (2009) apontam que o *modus operandi* que rege a Bancada Ruralista se faz por diversas vias e escalas. A primeira grande característica que fundamenta todo o complexo persuasivo e de convencimento presente nos membros-componentes da Bancada é seu poder de articulação e mobilização de outras bases ou bancadas políticas. Em momentos de decisão política, de encaminhamentos formais, de formulação de leis, decisões em comissões ou de votação decisória em plenário, os parlamentares ruralistas se valem do *lobby* e da troca de favores e benefícios de uma rede de interesses amarrada pelas elites no Congresso Nacional.

Seus laços de cooperação e reciprocidade a outras bancadas políticas sustentam sua vitalidade e confiança institucional. Sua alta capilaridade política, não se faz pelo número absoluto de seus parlamentares, mas na habilidade de construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse. Sua aproximação com diferentes partidos não é a ausência de ideologia, mas um diferencial político, uma estratégia de convencimento e simpatia, uma forma de ilustrar sua “sensibilidade” frente às diversas questões de seu interesse. Historicamente suprapartidária, a Bancada Ruralista é capaz de se identificar com inúmeras questões temáticas para garantir sua diversidade e sua perene habilidade de pressionar o Congresso Nacional (BARROS, BERRIEL, 2009, p. 16).

A Bancada Ruralista tem poder de articulação e mobilização na construção de alianças com outras bases e/ou bancadas políticas. Quando seus interesses estão em jogo ou em processo de votação, os componentes da Bancada valem-se da negociação e da troca de favores e benefícios com outros parlamentares, tornando sua dimensão política bem maior que o número total de congressistas. Seu grande trunfo consiste na “[...] habilidade em construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse” (BARCELOS & BERRIEL, 2009, p. 14). Abelardo Lupion, em entrevista à autora, explica que a bancada se une “para defender os maiores produtores de comida do mundo: os agricultores brasileiros”, e que esses agricultores têm certeza de que encontrarão na bancada a sua representação. Ainda na bancada, também encontram-se casos em que os parlamentares se dividem na representação de interesses particulares, alcançando maior eficácia nas diferentes áreas. Barcelos e Berriel (2009, p. 18) fornecem como exemplo as divisões instauradas no ano de 2003, quando alguns deputados encarregaram-se de representar os pecuaristas, outros os empresários rurais, e um terceiro grupo os interesses da indústria da biotecnologia. Ainda no mesmo ano, destacou-se um caso bastante

emblemático da atuação da Bancada Ruralista, com a instalação pelo Congresso Nacional de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para fazer um diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira. A Comissão ficou conhecida como CPI da Terra. Passados dois anos do início das investigações, a CPI teve seus trabalhos concluídos em meio a inúmeras polêmicas. O relatório oficial, de autoria do deputado João Alfredo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Ceará, foi rejeitado, sendo aprovado o relatório paralelo apresentado pelo deputado ruralista Abelardo Lupion, do PFL-PR. O relatório aprovado caracterizava o MST como um movimento político que, ao mesmo tempo que atacava o modelo econômico oficial, recebia verbas de financiamentos públicos e que sua ocupação de terras poderia ser caracterizada como “crime hediondo”. Vigna (2001) contribui com esclarecimentos importantes sobre o poder da Bancada Ruralista. O autor explica que a Bancada Ruralista conseguiu ocupar certos nichos do aparelho do Estado onde o poder é exercido de forma qualitativamente diferente de um partido político.

A ascensão do grupo não visa à ocupação política estratégica do governo, mas principalmente obter mais recursos orçamentários para os setores agrícolas. Este aparelhamento setorial do Estado só ocorre pela fusão da representatividade do partido político, como base de apoio do Governo, com a especificidade setorial da Bancada Ruralista. E não por sua representatividade própria como força política interna do Congresso Nacional. Ainda prevalece o entendimento de que os fatores fundamentais que explicam a criação de grupos de interesse no interior do Congresso Nacional são a hipertrofia do poder Executivo e a fragilidade do sistema de representação partidária. Outro fator importante é a ineficácia das políticas públicas setoriais (VIGNA, 2001, p. 28).

A Bancada Ruralista representa a reunião de distintas territorialidades presentes no patronato rural brasileiro, desde o empresário rural, a multinacional e o agropecuarista que compõe a arquitetura social da ideologia do agronegócio. O perfil da bancada ruralista é constituído com maior número de deputados é de Minas Gerais com 24, do total de 53. As bancadas regionais do MS e TO tem a maior proporção de ruralistas 87,5%. Dos oito componentes das duas bancadas sete são ruralistas. No MT dos oito são seis ruralistas. A região Centro-Oeste tem o maior número de ruralistas – dos 41, 24 fazem parte. Mas a Região Sul, possui o maior número proporcional – 62,3%. Ou seja, dos 77, 48 são ruralistas, no caso do RS, dos 31 deputados 16 são da bancada. No Paraná, de 30, 21 pertencem a dita cuja. No nordeste, dos 151 congressistas, 63 são ruralistas. No Norte, dos 65, 29 compõe a bancada. No Sudeste dos 179, 44 são ruralistas. Ainda de acordo com o Diap, 118 parlamentares declaram profissões ligadas a



área agrícola ou pecuária – agrônomo, empresário rural, pecuarista, fazendeiro, técnico em agropecuária. Desses 59 declararam a profissão de pecuarista. 25 políticos ligados a construtoras ou a empreendimentos imobiliários. São 26 os parlamentares que têm a profissão de médicos. Na área de produção de grãos, plantio de eucalipto, cafeicultura, usinas de açúcar e álcool são 38. Vinte foram identificados como grandes proprietários de terras. Sua forma de ler e interpretar o espaço agrário por meio de um particular discurso sobre o agrobrasileiro representa o desdobramento de territorialidades já consolidadas e hegemônicas, mas reproduzidas pelo canal enunciativo do Estado. O Nordeste ainda é a região brasileira que concentra o maior número de parlamentares ruralistas. Porém, a suposta blindagem político-patronal do Nordeste não se restringe a esse espaço no mapa. Barros e Berriel (2009, p. 25) destacam que:

existe uma rede de solidariedade e fidelidade intraclasses que se articula sob múltiplas escalas e produz sistemas de comando e controle nucleados em torno da bancada. No parlamento, os representantes do agronegócio não abandonam os 'colegas' de outros estados, mas os acolhem numa relação de cumplicidade e lealdade em momentos de fragilidade e crise.

Foi com esse poder articulador e coeso que a Bancada Ruralista suportou mais recentemente, em 2018, a aprovação do Projeto de Lei dos Agrotóxicos (PL 6299/2002)². O PL³ foi aprovado na Comissão Especial da Câmara, por 18 votos a 9, o relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR) defendido pela bancada ruralista. Os ruralistas chamam o PL de “Lei do Alimento Mais Seguro”. Os opositores ao projeto o chamam de “Pacote de Veneno”. Na prática, a proposta elaborada por entidades que representam produtores rurais, com o auxílio da indústria química, tem como objetivo alterar uma lei do ano 1989 que trata do uso e do registro de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas em todo o território brasileiro. A discussão, que ficou quase 14 anos parada, foi retomada em 2016.

² O texto, assinado pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR), altera toda a legislação relativa a agrotóxicos -- que passa a ser chamado de "produto fitossanitário"--, criando um rito bem mais sumário para a aprovação de novos pesticidas. Pelas atuais regras, órgãos dos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente são responsáveis por análises dos novos agrotóxicos, trabalho que normalmente leva mais de cinco anos.

³ O que está previsto no PL: Passa a usar os termos "defensivos agrícolas" e "produtos fitossanitários" no lugar de "agrotóxico". As análises para novos produtos e autorização de registros passam a ficar coordenadas pelo Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura também irá "definir e estabelecer prioridades de análise dos pleitos de registros de produtos fitossanitários para os órgãos de saúde e meio ambiente". É criado um registro e autorização temporários para produtos que já sejam registrados em outros três países que sejam membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e adotem o código da FAO. O prazo será de 1 ano de análise e, então, o registro será liberado temporariamente. A análise de risco é obrigatória para a concessão de registro e deverá ser apresentada pela empresa que solicita a liberação do produto. Produtos com "risco aceitável" passam a ser permitidos e apenas produtos com "risco inaceitável" podem ser barrados. Os Estados e o Distrito Federal não poderão restringir a distribuição, comercialização e uso de produtos autorizados pela União. Facilita a burocracia para a liberação de agrotóxicos idênticos e similares a outros já registrados.

Dessa forma, cresce a pressão da Bancada Ruralista pela flexibilização dos agrotóxicos permitidos no Brasil, que tem admitido, inclusive, substâncias já reconhecidas como cancerígenas ou gravemente prejudiciais ao meio ambiente por outros países. Dos 26 parlamentares titulares da comissão especial formada para analisar o tema, nada menos que 20 (ou 77%) são integrantes da FPA. A bancada e o colegiado dividem inclusive a mesma liderança: presidente da comissão, a deputada Tereza Cristina (DEM-MS) também é a atual representante dos ruralistas.

A imprensa brasileira foi amplamente contra a aprovação do projeto de Lei. O jornal *Folha de S. Paulo* estampou em suas páginas: “PL do Veneno' ameaça segurança alimentar dos brasileiros”. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, mancheteou: “Um cardápio indigesto: a primeira vitória do PL dos Agrotóxicos”. Mas a Bancada uniu-se em torno do projeto e aprovou o relatório em 25 de junho de 2018. Os deputados da esquerda, do Psol, PSB, PCdoB e PT entraram em obstrução e devem tentar reverter o resultado em plenário.

O projeto é discutido na Câmara dos Deputados desde julho de 2016, mas só em abril deste ano ganhou destaque nas discussões nas redes sociais. Entre abril e junho, foram realizadas oito sessões, todas com muito tumulto, protestos, gritaria e até troca de ofensas entre os deputados. As últimas sessões também foram acompanhadas por celebridades como a chef Paola Carosella e pela apresentadora e cozinheira Bela Gil. Nas redes, internautas usaram hashtags #PLdoVeneno ##ChegaDeAgrotóxicos para demonstrarem insatisfação com a proposta. Os deputados se isolaram na sessão e, a portas fechadas, conseguiram aprovar o pacote.

Quadro 1: Disposição por Estado dos Parlamentares Ruralistas Legislatura 2015-2019

Região	Câmara	Senado
Norte	29	5
Nordeste	63	2
Centro-oeste	24	4
Sudeste	44	0
Sul	48	2

Fonte: próprias autoras, com base nos dados da Câmara dos Deputados e do Senado.

O DEM, por sete anos consecutivos, manteve a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Em 2005 o presidente foi Ronaldo Caiado (PFL-GO); em 2006, Abelardo Lupion (PFL- PR); em 2007,

Marcos Montes (DEM-MG); em 2008, Onyx Lorenzoni (DEM-RS); em 2009, Fábio Souto (DEM=BA); em 2010, Abelardo Lupion (DEM-PR); e em 2011, Lira Maia (DEM-RR). De acordo com Barros e Berriel (2009) esse poder de tomada de postos-chave em comissões e ministérios e a indicação para os ministérios e a ocupação de cargos estratégicos em partidos é a fonte do poder político da bancada. O controle das instâncias por onde tramitam os projetos e programas voltados ao campo, bem como as políticas públicas rurais, entre as quais as de reforma agrária, aprovando aqueles “simpáticos” a seus interesses e engavetando ou descartando aqueles “desnecessários” ao país se torna mecanismo vitorioso e de grande significado político para a bancada.

Seguindo o discurso mais enérgico de Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion (DEM-PR) como parlamentar no Congresso, era o suposto “herdeiro político” de Caiado, defendendo a modernização agrícola, a pecuária de corte, a cadeia produtiva da carne, bem como a rastreabilidade bovina, como por outro encabeçando e presidindo as negociações para a repactuação e o alongamento das dívidas originárias de operação de crédito rural dos produtores, não somente em seu estado, mas em escala nacional. Vale lembrar que Lupion foi o fundador da UDR no Paraná. Foi também um dos porta-vozes da Bancada Ruralista na CPMI da Terra.⁴ Foi dele o relatório paralelo final da CPI propondo a aprovação de dois projetos de lei que tipificam as ocupações coletivas de terra como crime hediondo e ato terrorista, além de criminalizar os movimentos sociais do campo, como mencionado brevemente. Em defesa do parecer, Lupion disse que “o setor produtivo não aguenta mais ser invadido” (entrevista à autora). Para ele, trata-se de defender o direito à propriedade”. Foi atuante, e polêmico, quando a demarcação da reserva Raposa Terra do Sol⁵ entrou em pauta na CAPADR. Uma audiência pública com a presença do então ministro Nelson Jobim (Defesa) foi requerida por Lorenzoni, Lupion e Moreira Mendes (PPS-RO) sob o argumento de que a situação fundiária na Amazônia preocupava o colegiado, uma vez que gerava insegurança aos produtores rurais. O atrito entre arroteiros e índios levou a CAPADR a montar uma tropa de choque em defesa principalmente dos interesses de Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) que tem terras

⁴ O presidente da comissão foi o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), tendo como vice o deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS) e como relator o deputado federal João Alfredo (PT-CE).

⁵ A Raposa Serra do Sol foi demarcada como reserva indígena contígua pela administração de Fernando Henrique Cardoso em 1998, sendo a lei sancionada por Lula em 2005. Desde então, os arroteiros, que chegaram à área no início dos anos 1990, têm sido interpelados por lei a saírem de suas fazendas, e lhes é oferecido compensação financeira. Porém, eles têm recusado. Em vez disso, dada a pressão exercida pelos arroteiros e outros interesses do agronegócio, atualmente o Superior Tribunal Federal (STF) está analisando a possibilidade de julgar a ação em favor dos arroteiros de modo a lhes permitir permanecer na reserva em “ilhas”, em detrimento da lei vigente que definiu pela sua demarcação contígua.

agrícolas no local. Lupion manteve a mesma cobrança quando a pauta foi o Código Florestal.

Muito obrigado, senhor Presidente. Senhoras e senhores Parlamentares, hoje vou usar o meu Grande Expediente para conversar sobre o Código Florestal. Existe hoje muita gente **satanizando** o tema. Há muita gente que, quando falamos em consolidação, nos acusa de **radicalismo**, que estamos aqui tentando fazer com que haja **anistia** (grifo nosso), o que é mentira; estão dizendo que estamos nos preparando para derrubar a Amazônia, é mentira. Enfim, vou tentar dirimir algumas dúvidas daqueles que estão nos ouvindo (LUPION, Abelardo. Notas taquigráficas Câmara dos Deputados, 14.3.12)

Tanto Abelardo Lupion quanto Ronaldo Caiado admitem que o que se chama de radicalismo na bancada nada mais é que uma “defesa aguerrida do setor do campo e um apoio incondicional da bancada que os representa” (Ronaldo Caiado, entrevista à autora). Lupion admite haver um consenso sobre o radicalismo da Bancada e o mesmo para legitimar a proposta de autonomia do setor agropecuário às “amarras do Estado” procura por uma espécie de “demonização” por parte do outro sobre o tema.

Lupion não se candidatou à reeleição em 2015, mas trabalhou pela candidatura de seu filho, Pedro Lupion, eleito deputado estadual, e foi um dos coordenadores da campanha de Beto Richa, eleito governador do PR, assim como integrou a Comissão Executiva da Coordenação Nacional da campanha presidencial de Aécio Neves. Foi deputado federal por seis mandatos, neto do ex-governador do Paraná Moisés Lupion e fundador da UDR do estado. Como brevemente mencionado (entraremos em detalhes adiante), foi presidente por duas vezes (2006 e 2009) da CAPADR. Em 1998 foi apontado, segundo matéria publicada pela revista *Veja*, um dos melhores deputados da Agricultura Brasileira, resultado de seu trabalho parlamentar em Programas como o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e Banco da Terra. Em 2005, em uma decisão histórica, depois de dois anos de trabalho, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra aprovou, por 12 votos a 1 o relatório alternativo apresentado pelo deputado Abelardo Lupion que classifica invasões de terra como crime hediondo. Votou contra a PEC do Trabalho Escravo e a favor das alterações no Código Florestal. Em 30 de janeiro de 2015 assumiu como presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Percebemos que a bancada age por entre os partidos, ou seja, a defesa dos interesses agropecuários sobrepõe o partidarismo. E, o próprio Lupion explica:

Quando fazemos uma triagem na bancada, temos os coordenadores, que são de 15 a 20, divididos por partidos e estados. Na hora de votar, dependendo da tese, conseguimos unanimidade. Em outros casos, lutamos com muita dificuldade. Se for uma tese contra o governo, aí temos o peso dos partidos contra a gente. Nunca perdemos uma votação (entrevista à autora).

Joaquim de Lira Maia, político paraense, concorreu, em 2014, ao cargo de vice-governador de seu estado ao lado de Helder Barbalho (PMDB), que perdeu para o governador então reeleito, Simão Jatene (PSDB, que venceu com 51% dos votos). No entanto, Lira Maia exerce forte influência na região de Santarém, oeste do Pará. Em sua última legislatura como deputado federal, conseguiu na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados a aprovação de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) juntamente com Giovanni Queiroz (PDT) a respeito da divisão territorial do Pará. A proposta era de o Pará ser desmembrado em até três partes com a criação dos estados de Tapajós (no oeste paraense) e Carajás (no sul e sudeste do estado). Para o ex-deputado federal Lira Maia, que chefiava a frente pela separação de Tapajós, a divisão resultaria em maiores repasses de verbas federais aos novos estados. Ele afirma ainda que o movimento pela separação de Tapajós é uma aspiração histórica da região, que visa a garantir que ela explore todo o seu “potencial adormecido”. Porém, 66,59% da população paraense respondeu “não” para a criação do estado de Carajás e 66,08% rejeitaram a criação do estado de Tapajós.

Ronaldo Caiado é, provavelmente, a figura mais emblemática da Bancada Ruralista. Eleito senador em 2015, sua história política de liderança vem desde Goiás com seu tataravô, no século XIX, Antonio José Caiado, que detinha cargos de poder regional e nacional como comandante superior da Guarda Nacional de Goiás, deputado estadual (1891); vice-presidente de província (1892-1895); senador (1896 a 1897, 1897 a 1899). Seu bisavô, Torquato Ramos Caiado, foi senador (1905-1908). Antonio Ramos Caiado, o “Totô” (1874-1967), jornalista, advogado, empresário e proprietário rural foi desde vice-presidente da província entre 1892 e 1895, passando por várias legislaturas como deputado federal até chegar ao Senado da Primeira República. Freitas (2011) explica que o patrimônio da família foi construído pelas práticas do tropeirismo, pecuária, engenho, cana-de-açúcar e pela participação na política até os dias de hoje:

[...] Além da agropecuária passaram a exercer o tropeirismo, a agroindústria através do engenho de cana. Ingressaram na política provincial por volta de 1860 e chegaram à política nacional por volta de 1895 com permanência até a atualidade. Foram vários os pactos que marcaram a inserção de Caiado nas redes de sociabilidade de Goiás, através da posse de terra, o exercício da atividade agropecuária continuada, através das alianças políticas no Império e na República, com destaque para as alianças com os “Bulhões” que sempre evidenciam a família. A obtenção de educação forma de nível superior para os homens, as mulheres receberam educação formal sobretudo depois da instalação do Colégio Fontana em Goiás e através de estratégias matrimoniais que foram muito interessantes para que confirmassem o poder da família. A primeira delas, o casamento de Belmiro Manoel Caiado com Brígida Ribeiro de Almeida, que era filha de um enfermeiro vizinho de Manoel Caiado, então somaram as propriedades, e ainda hoje existe a Fazenda Europa que foi erguida exatamente na propriedade que Brígida trouxe para este casamento. (...trecho da palestra “Os Caiados em Goiás”, ministrada pela professora Doutora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas no dia 20 de outubro de 2011 no cine UFG em Goiânia)

Ronaldo Caiado liderou a bancada ruralista do DEM que se posicionou claramente contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, a PEC do Trabalho Escravo, que inclui a expropriação (sem indenizações) da terra de quem comprovadamente explorar mão de obra escrava. Em entrevista ao jornal *Opção* Caiado afirmou ter votado contra a proposta pelo fato de o texto ter sofrido alteração, e não abranger todo o direito do cidadão. Em 27 de maio de 2014 o texto foi aprovado pelo Senado. Com o texto recuperado e determinando o respeito a princípios constitucionais para a caracterização de uma propriedade como exploradora do trabalho escravo que são: o devido processo legal (inciso LIV); o contraditório e a ampla defesa (inciso LV); e o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (inciso LVII), expressos no artigo 5º da Carta Magna. Por meio de emenda do parlamentar agora incorporada novamente à PEC, a caracterização do trabalho escravo urbano também faz parte do texto aprovado. É a favor da redução da maioria penal; Luta pela aprovação da PEC 300, que cria um piso nacional para os policiais militares e bombeiros de todo o país com base no salário dos profissionais de Brasília. Goiás hoje tem um efetivo de menos de 12,7 mil policiais militares que recebem o piso de R\$ 3,1 mil. No Distrito Federal o piso é de R\$ 4,7 mil. Tramita na Câmara projeto de Caiado que visa a incluir no Código Penal o crime de roubo de animais de carga e para abate. Com a proposta, quem cometer o delito terá pena de reclusão de até 15 anos, dependendo das consequências do roubo.

Tenho orgulho de ser reconhecido no Congresso por ser um defensor do agronegócio. Esta bancada é a única que vence sempre o governo e tem a capacidade para resgatar a segurança jurídica no campo. Nosso trabalho tem sido formular propostas para o setor primário, que é o que mais absorve tecnologia no Brasil (Ronaldo Caiado, entrevista a autora).

Hoje, como o crime não é tipificado na lei, acaba sendo julgado como furto, com penas bem mais brandas para os ladrões, chegando no máximo a quatro anos de prisão. A redução da carga tributária sobre produtos alimentícios é apresentada como uma das maiores conquistas do Congresso Nacional; a aprovação da emenda número 164, que assegura ao homem do campo que a terra que está produzindo, mesmo das APPs, está consolidada e pode continuar produzindo.

O homem do campo brasileiro é o que mais produz comida no mundo e é o mais penalizado pelo governo. Precisamos diminuir esse estigma de que o homem do campo é o vilão. Precisamos preparar o homem do campo nesses tempos de crise para que ele não seja surpreendido com qualquer ajuste fiscal no setor (Ronaldo Caiado, entrevista à autora).

Também é autor da PEC que visa a criar a carreira de médico de estado. Com isso, o médico que atuar no serviço público federal, estadual e municipal deverá ser contratado por concurso e terá dedicação exclusiva, podendo optar também por lecionar em universidades. O profissional também terá direito a piso salarial mínimo, como ocorre com o auditor da Receita Federal, por exemplo, aposentadoria e estabilidade no emprego. Pela proposta, os médicos de estado terão remuneração inicial de R\$ 15.187. E vota pelo fim do fator previdenciário.

Tanto Caiado quanto Lupion e Lira Maia têm em sua família o histórico da agropecuária. Lira Maia mantém seu sobrinho na prefeitura de Santarém (PA) seu reduto político, enquanto Lupion herda de seu avô, o ex-governador do Paraná Moisés Lupion, as características políticas. Moisés Lupion desenvolveu profunda política municipalista, promoveu o parlamento intensivo da terra, fundou a Bolsa de Valores e a Bolsa do Café e lançou a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Agora é seu neto, filho de Abelardo Lupion, quem traça os passos na política. Todos com características e interesses similares.

De 2002 até hoje, tirando os anos de 2005 e 2006, o país não conseguiria manter o *superavit* sem a produção no campo. Esse setor também foi o responsável por atenuar o desastre comercial registrado em 2014, com um saldo de US\$ 80,014 bilhões, e ainda é o único a crescer na atual crise,



registrando 4% no primeiro trimestre de 2015 e 1,8% no segundo. E esse governo que saiu agora os penalizou dia a dia (Entrevista à autora).

É nesse sentido que percebemos que a BR não simboliza e atua só em temas pertinentes às demandas dos ruralistas, mas constitui-se a partir de interesses difusos que têm em comum determinada visão de mundo, que compartilha, portanto, certos valores. As redes de sociabilidade e de poder permitem descortinar esse aspecto conformador da Bancada Ruralista. Sumariamente pode-se dizer que o conservadorismo é a marca principal de seus integrantes ou pelo menos seria o que os une, independentemente do partido.

Entendemos também que a Bancada Ruralista do Congresso Nacional protagonizou e protagoniza cada episódio da economia e da política que possa tocar na questão da terra. A análise dos pronunciamentos de Ronaldo Caiado, embora tendo sido poucos em termos qualitativos, bem como os discursos de Abelardo Lupion e Onyx Lorenzoni, são emblemáticos pelas estratégias a que recorrem para demarcar a defesa dos interesses e engendrar as críticas aos trabalhadores rurais sem-terra, às populações indígenas e ao governo. Os discursos seguem a mesma linha, enaltecendo os “produtores rurais”, os quais “sustentam a nação” e são “modernos”. A defesa implacável da propriedade da terra fica clara nos pronunciamentos, o que permite afirmar que o conservadorismo e o autoritarismo não apenas permanecem como traço das classes dominantes do campo, como têm emergido ainda mais fortemente com as tensões decorrentes da expansão do agronegócio nas duas últimas décadas. O viés conservador vem, no entanto, de nossa análise de pronunciamentos de Antônio Carlos Magalhães, passando por Jorge Bornhausen até Ronaldo Caiado. Todos são firmes e muitas vezes agressivos em seus discursos e relatórios (lembrando aqui o relatório da CPI da Terra, em que Lorenzoni era o vice-presidente e Lupion apresentou o relatório paralelo aprovado).

Nesse sentido, a dimensão do poder nas disputas dos temas atinentes à agricultura (no caso deste capítulo) se expressaria não só nas práticas, mas também na produção de verdades sobre a realidade (em todos os discursos, como a diminuição do poder do Estado), sendo essa verdade pertencente originalmente a um quadro de relações de força, de disputas. No caso do DEM, o discurso não seria apenas um veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, principalmente, um objeto de disputa política, algo de que os grupos ligados à agricultura desejam se apropriar para colocar em operação determinada visão de mundo. Mais ainda, os discursos teriam um papel importante de legitimar, pela

naturalização/normalização, determinadas práticas agrícolas.

Que fique claro que não é o grande proprietário o mais afetado, e sim o pequeno produtor rural. É ele quem mais sofre ao encarar tudo o que o governo PT fez com ele. Tudo isso aliado às intempéries econômicas que elevaram o dólar a R\$ 4, comprometendo completamente a compra de insumos, além do aumento de juros no crédito ao setor. Digo e repito: o Brasil não pode reeditar a década de 1980, quando milhares de pequenos produtores rurais tiveram suas propriedades tomadas por bancos, iniciando um dos maiores movimentos migratórios para a cidade. O campo é feito de trabalho, não de ideologia (RONALDO CAIADO, entrevista à autora).

A defesa dos interesses da terra justifica o autoritarismo privilegiando os setores mais capitalizados da sociedade. O Estado entra como meio de cooptação, ou seja, de transformismo e de exercício da pequena política.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem-se a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura. Ou seja, um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral têm diferentes formações profissionais e ao longo de sua trajetória política exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Esses deputados federais podem ascender a outras posições no Senado (como foi o caso de Ronaldo Caiado, hoje Senador pelo DEM), nos ministérios e manter suas articulações com a bancada da Câmara. Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura. Essa foi uma das bancadas mais fortes do Democratas, levando o partido a ocupar por sete anos consecutivos a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CAPADR) da Câmara dos Deputados. A capilaridade política é uma de suas principais características. Os representantes dessas bancadas têm um histórico ligado à terra que vem desde a República com parentes na política e ascendência de famílias tradicionais que se entranham pelos estados onde haja representatividade do

setor agro. O “curral eleitoral” atravessou gerações de famílias estendendo-se ao plenário do Congresso e às pautas das votações.

Dotada de alta clareza ideológica e poder de coesão, a Bancada Ruralista é uma das maiores forças do Congresso Nacional. De acordo com Coutinho (2006, p. 50), a Bancada atua como um partido nos moldes americanos estruturada em torno de “[...] agregados de interesses personalistas e corporativos [...]” que se fortalecem mediante a atuação de lobbies e de figuras mediáticas, com um grande declínio do conteúdo ideológico dos programas partidários. A violência, presente em defesa da terra, a fim de manter a estrutura fundiária, dá lugar ao autoritarismo em votações no Congresso, como no caso do PL do Veneno, em que a presidente da comissão optou por votação à portas fechadas. Expressam-se, nessa votação de 2018, a violência, o autoritarismo e o conservadorismo já identificados em outros trabalhos, como o de Bruno (1997). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou que o número de assassinatos decorrentes de conflitos no campo em 2017 foi o maior dos últimos 12 anos no Brasil, com 49 mortes registradas, a maior parte na região Norte. Ainda de acordo com dados da CPT, o número de mortes decorrentes de conflitos no campo no ano passado foi o maior desde 2003, quando foram contabilizados 73 assassinatos. Os maiores números de mortes foram registrados em Rondônia (21) e no Pará (19). O perfil predominante das mortes foi de indivíduos envolvidos em movimentos de luta pela regularização fundiária.

Figura 2: Conflitos agrários



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989
Ocupações/Retomadas	252	290	180	200	238	230	205	200	194	169
Acampamentos	40	36	35	30	13	14	20	27	22	10
Total (2)	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168
Assassinatos	27	25	30	29	34	29	36	47	58	70
Pessoas Envolvidas	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900
Hectares	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	280	240	204	230	168	141	131	80	68	66
Assassinatos	1		1			1				
Pessoas Envolvidas	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530
Superexploração	93	45	38	30	14	13	10	4	1	
Assassinatos			1			2		1	1	
Pessoas Envolvidas	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2	
Total	373	285	242	260	182	154	141	84	69	66
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	46	45	87	68	79	93	127	135	172	197
Assassinatos		1	2		2	2		2	2	1
Pessoas Envolvidas	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090
Outros (3)										
Nº de Conflitos			4		36	12				
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas			4.450		26.005	1.350				
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431
Assassinatos	28	26	34	29	36	34	36	50	61	71
Pessoas Envolvidas	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520
Hectares	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114

Fonte: CPT.

Os conflitos por água somaram 93 casos, revelando a face da privatização da água a serviço do grande capital e monopolização deste recurso (na produção de grãos, celulose e papel, nas grandes obras de engenharia como as barragens como Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, Belo Monte no Rio Xingu e o desastroso projeto de Transposição do São Francisco). Os conflitos relacionados com a questão hídrica no Brasil revelam que a geopolítica nacional, pra esta questão, anda na contramão da democratização dos recursos e da discussão ambiental necessária para manutenção da vida nos ecossistemas, bem como da reprodução social das comunidades ribeirinhas envolvidas neste conflito. O que se desenha neste processo é uma apropriação do Estado, uma tentativa de controle do território, e os consequentes conflitos travados entre ruralistas, contrários aos camponeses, quilombolas e indígenas numa disputa desigual pelo território, em que a balança do aparato estatal pesa a favor dos capitalistas e dos rentistas. A situação a qual os trabalhadores se veem obrigados a vender sua força de trabalho está ligada diretamente a falta de acesso à terra, fruto da crescente concentração, da grilagem e do descumprimento da legislação, o que caracteriza a questão fundiária. Segundo o Censo de 2006 do IBGE, enquanto 44,5% dos proprietários de terra possuem apenas 2,36% do total de área cultivada, cerca de 0,27% dos proprietários possuem quase 30% dessa área. Nosso regime fundiário, inventado no

século XIX para assegurar relações retrógradas de trabalho em substituição à escravidão que terminava, implantou se como mediação irremovível de nosso capitalismo de extremos desencontrados. Um capitalismo que concilia processos econômicos de ponta, de alta ciência e sofisticada tecnologia, e elaboradas relações trabalhistas, com relações servis de trabalho, que vão até o limite da escravidão por dívida. O latifúndio e as instituições políticas que dele nasceram e permaneceram criaram no Brasil um tipo de mentalidade que domina os valores e domina as condutas, sobretudo a conduta política.

A permanência desse discurso fortalece a bancada que, na defesa implacável da terra, sobrepõe quaisquer interesses de quem votou neles. Para Barcelos e Berriel (2009, p.20), o Poder Legislativo é coautor e protagonista do discurso ruralista. Este espaço institucional possibilita, de acordo com os autores, uma construção de uma legitimidade institucional da ideologia patronal, suas lógicas operacionais, práticas e interesses. Isto se realiza como discurso hegemônico, num binômio Estado-Bancada que pretende alcançar uma universalidade, uma visão do agrário sob a ótica do Estado, cuja visão é a dos dominantes.

Em 2019 a Bancada Ruralista diminuiu na Câmara e aumentou no Senado. No entanto, vale lembrar que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM/RS) é oriundo da Bancada e o senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) foi então eleito governador de seu estado. Quarenta e cinco deputados foram reeleitos, de acordo com o Diap, e 31 são novos. Oriunda dessa Bancada, a ministra da Agricultura Thereza Cristina, também democrata, demonstra seu poder frente ao ministério.

Retomando, e finalizando, Victor Nunes Leal, ele afirmava que a manutenção do “coronelismo” também se dava devido à fragilidade e decadência do poder privado e ineficácia do poder público. Mesmo com o fortalecimento do poder público, o “coronelismo” continuava cada vez mais consolidado nas entranhas do poder. Além disso, de acordo com o autor, o industrialismo precário e um sistema agrário ultrapassado contribuem para a continuidade do coronelismo, fazendo o Estado “se ajoelhar” (2012) aos interesses dos grandes senhores de terra. Nunes Leal destaca que apenas com uma profunda alteração na estrutura agrária é que o “coronelismo” teria realmente um fim.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BERRIEL, Maycon Cardoso. Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia**, São Paulo, p. 1-32, 2009.



Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf. Acesso: 13 dez. 2018.

BITTAR, Patricia. **Especial luta pela terra**: CPMI da Terra. Brasília: Câmara de Deputados, 2006.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=36730>.

Acesso em: 18 jul. 2016.

BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). *In*: BRUNO, Regina *et. al.* **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: MauadX; Seropédica: EDUR, 2009.

BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. Agronegócio e representação de interesses. *In*: BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAMARGO, Orson José Roberto de. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural**: o caso da bancada ruralista. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. especial EGAL, p. 1-22, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no campo**. Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Disponível em: <http://www.diap.org.br>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FREITAS, Ananias José. **UDR**: formação, ascensão e queda de uma organização de proprietários rurais. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1992.

FOLHA DE S. PAULO. **'PL do Veneno' ameaça segurança alimentar dos brasileiros**.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariaines/2018/06/pl-do-veneno-ameaca-seguranca-alimentar-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2018.

IASI, Mauro Luís. **De onde vem o conservadorismo?** Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo>. Acesso em: 27 jul. 2018.



INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS/INESC. **A Bancada Ruralista**: legislatura 2022-2009. Brasília, 2000.

INESC. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural: o caso da bancada ruralista**. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_32a4a57ccec5ec9f1be3738b9857b11d. Acesso em: 12 de jan. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUPION, Abelardo. **Notas taquigráficas Câmara dos Deputados**. 2012. Disponível em:

<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.2.54.O%20%20%20%20&nuQuarto=68&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:14&sgFaseSessao=GE%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=14/03/2012&txApelido=ABELARDO%20LUPION,%20DEM-PR&txFa>. Acesso em: 12 jul. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. **Um cardápio indigesto**: a primeira vitória do PL dos Agrotóxicos.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/um-cardapio-indigesto-a-primeira-vitoria-do-pl-dos-agrotoxicos/>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OPÇÃO. **Caiado chama PT de fascista**. Disponível em:

<http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/caiado-chama-pt-de-fascista-e-afirma-que-votou-contra-a-pec-do-trabalho-escravo-por-texto-nao-estar-completo>. Acesso em: 11 mar. 2015.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ed. IBPEX, 2009.

SANTOS, Raimundo. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: a nova face política das elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, 1997.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jun. 2014. ISSN 1982-0259. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802014000100007/26860>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional: 1500 –1960. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011. p. 15-31

VIGNA, Edécio. **A Bancada Ruralista**. Legislatura 1999/2002. Brasília: INESC, 2000.



NOTAS

O BRASIL AGRÁRIO: O CONSERVADORISMO E A DIREITA NA BANCADA RURALISTA

Deysi Cioccarì

Pós-Doutoranda em Comunicação (Faculdade Casper Líbero)
Faculdade Casper Líbero, São Paulo, Brasil
deysicioccarì@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-4660-1851>

Simonetta Persichetti

Maior titulação acadêmica Pós-Doutora pela Escola de Comunicação e Artes (USP)
Faculdade Casper Líbero, São Paulo, Brasil
fspersichetti@carperlibero.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0179-7237>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de julho de 2018
Aprovado em: 19 de fevereiro de 2019

